

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

LUCAS AVILA

**ANÁLISE DA FORMAÇÃO DOCENTE NO BRASIL NA SEGUNDA METADE
DO SÉCULO XX: O CURSO NORMAL E A INTERDISCIPLINARIDADE NA
FORMAÇÃO DO PROFESSOR**

**São Borja
2016**

LUCAS AVILA

**ANÁLISE DA FORMAÇÃO DOCENTE NO BRASIL NA SEGUNDA METADE
DO SÉCULO XX: O CURSO NORMAL E A INTERDISCIPLINARIDADE NA
FORMAÇÃO DO PROFESSOR**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Ciências
Humanas - Licenciatura da Universidade
Federal do Pampa, como requisito parcial
para obtenção do Título de Licenciado em
Ciências Humanas.

Orientador: Prof^a. Dra. Susana Cesco

**São Borja
2016**

A532a	<p>Avila, Lucas ANÁLISE DA FORMAÇÃO DOCENTE NO BRASIL NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX: O CURSO NORMAL E A INTERDISCIPLINARIDADE NA FORMAÇÃO DOCENTE / Lucas Avila. 51 p.</p> <p>Trabalho de Conclusão de Curso(Graduação)-- Universidade Federal do Pampa, CIÊNCIAS HUMANAS, 2016. "Orientação: Susana Cesco".</p> <p>1. Educação. 2. Formação Docente. 3. Escola Normal. 4. Interdisciplinaridade. I. Título.</p>
-------	---

LUCAS AVILA

**ANÁLISE DA FORMAÇÃO DOCENTE NO BRASIL NA SEGUNDA METADE
DO SÉCULO XX: O CURSO NORMAL E A INTERDISCIPLINARIDADE NA
FORMAÇÃO DO PROFESSOR**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Ciências
Humanas - Licenciatura da Universidade
Federal do Pampa, como requisito parcial
para obtenção do Título de Licenciado em
Ciências Humanas.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em 07 de Julho de 2016.

Banca examinadora:

Prof^a. Dra. Susana Cesco
Orientador
UNIPAMPA

Prof^a. Dra. Carmen Regina Dorneles Nogueira
UNIPAMPA

Prof^a. Dra. Lauren de Lacerda Nunes
UNIPAMPA

Dedico esta, bem como todas às minhas demais conquistas, aos meus amados pais Laert e Neusa, meus melhores e maiores presentes...

AGRADECIMENTO

Quero agradecer em primeiro lugar a Deus, pela força e coragem durante toda esta longa caminhada.

A esta universidade e seu corpo docente, direção e administração que oportunizaram a janela que hoje vislumbro um horizonte superior, eivado pela acendrada confiança no mérito e ética aqui presentes.

À professora Dra. Susana Cesco pela paciência na orientação e incentivo que tornaram possível a conclusão desta monografia

À minha família, por sua capacidade de acreditar e investir em mim.

Meus agradecimentos aos amigos Keli Daniel, Juliana Sarmanho, Vinicius Vargas, Veridiana Kretschmer e Ritiele Ferreira, meus companheiros de trabalhos e irmãos na amizade que fizeram parte da minha formação e que vão continuar presentes em minha vida.

“Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção”.

Paulo Freire

RESUMO

O conceito de formação de professores está ligado a vários elementos fundamentais dentro do próprio exercício da profissão docente. Entre eles está a qualidade do ensino que é oferecida aos alunos em formação, e as habilidades que o mesmo passará a executar quando formado. Uma característica atribuída ao estado é a intervenção durante o processo de formação do professorado quando substituiu, de certa maneira, o controle da igreja como instituição de ensino. A mudança da tradicional escola normal que possuía o seu currículo direcionado para a formação do professor primário, acabou se reformulando com a nova estruturação da LDB, que direcionou o ensino médio para uma formação profissionalizante, tendo sua ênfase para o magistério dentro da modalidade normal. A análise que será exposta é de como os professores formados no magistério atualmente estão aperfeiçoando suas formações, desta forma relacionada ao contexto interdisciplinar no exercício da docência. Neste momento, os cursos de graduação permitem que este profissional esteja inserido nesta nova era da educação, onde não basta somente ter formação para um ensino primário, mas necessita de uma melhora e um aprimoramento nas competências e na formação dos professores do Brasil. Assim, será realizada a utilização da pesquisa bibliográfica, para que seja possível estabelecer uma direção e uma fundamentação de forma mais embasada e concisa sobre o tema abordado na pesquisa. Diante do exposto percebe-se que as mudanças na formação docente acompanham de certa forma as mudanças na sociedade. Os novos problemas sociais e as novas complexidades que podem surgir com o passar dos tempos. Assim, partindo das escolas normais até a atual formação interdisciplinar entendemos que o professor vai se adequando as novas atribuições, e com isso muitos deles vão se aperfeiçoando e agregando novos conhecimentos dentro de sua carreira profissional. Desta forma continuamos afirmando a importância desse profissional na educação.

Palavras-Chave: Escola Normal, Formação docente, Interdisciplinaridade.

ABSTRACT

The concept of teacher training is linked to a number of key elements within the very exercise of the teaching profession. Among them is the quality of education that is offered to students in training, and the skills that it will run when formed. A characteristic assigned to the state's intervention during the teachers' training process when it replaced, in a way, the control of the church as a teaching institution. The move from traditional normal school that had its curriculum directed to the formation of a primary school teacher, eventually reformulating with the new structure of the LDB, which directed the high school for vocational training, with its emphasis on the teaching within the normal mode. The analysis will be exposed is how teachers trained in teaching are currently improving their training in this way related to the interdisciplinary context in the teaching profession. At this time, undergraduate courses allow this professional is inserted in this new era of education, which is not enough to have training for primary education, but requires an improvement and an improvement in skills and training of teachers in Brazil. Thus, the use of bibliographic research will be carried out, so that you can establish a direction and a foundation for more informed and concisely about the topic in research. Given the above it is clear that changes in teacher training accompany somewhat changes in society. The new social problems and the new complexities that may arise over time. Thus, starting from normal schools to the current interdisciplinary training understand that the teacher will be suiting new assignments, and that many of them will be improving and adding new knowledge in his professional career. Thus we continue affirming the importance of vocational education.

Keywords: Normal School, teacher training, interdisciplinarity.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CEFAM - Centro de Formação e Aperfeiçoamento do Magistério

CEF- Conselho Federal de Educação

EN- Escolas Normais

FNDEP- Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública

LDB- Lei de Diretrizes e Bases

MEC- Ministério da Educação e Cultura

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 A FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO BRASIL	15
2.1 A Escola Normal	17
2.2 Lei de Diretrizes e Bases (LDB)	22
2.3 CEFAM – Centro de Formação e Aperfeiçoamento do Magistério	26
3 A FORMAÇÃO DOCENTE PELO CURSO SUPERIOR	29
3.1 O Curso de Pedagogia	29
3.2 Uma nova etapa na Formação.....	31
4 CONTINUIDADES NA FORMAÇÃO DOCENTE	34
4.1 Novas Exigências	37
4.2 A Interdisciplinaridade na formação docente.....	41
4.3 Ciências Humanas - Licenciatura	46
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	48
REFERÊNCIAS.....	50

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho de pesquisa apresentado ao Curso de Ciências Humanas – Licenciatura da Universidade Federal do Pampa tem como objetivo oferecer uma análise das rupturas e permanências em relação às metodologias e conteúdos que fazem parte da formação de professores.

A formação do professor no Brasil nos séculos XIX e XX sofreu um processo de reestruturação em seu modelo. No que antes era papel da igreja atribuir preceitos educacionais, como a prática de ensinar, agora é redirecionada para que o estado se torne responsável por coordenar e dar segmento os intuitos de instituições formadoras. As primeiras iniciativas de formação de professores, não somente no Brasil como em outros países, ocorreu dentro de espaços de formação de professores primários, entre eles a escola normal¹, que tinha a intenção de instruir profissionais empenhados com o ensino e a educação, e que estivessem ligados também aos componentes curriculares, mais precisamente ao aluno em formação. Sobretudo, antes da criação dessas escolas, houve um esforço por parte do estado em recrutar ou selecionar professores que estivessem dispostos a atuar dentro de escolas que obtinham sua formação de ensino primário, mas, contudo deveriam fazer uso dos valores éticos e morais da época.

Com o passar dos tempos, mais precisamente no ano de 1961 entra em vigor a primeira LDB, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, que logo depois foi reestruturada em 1971, e com o passar dos anos, em 1996 teria sua reformulação, e esta permanece até os dias de hoje. Uma das discordâncias entre as versões da LDB está no papel que o estado iria exercer sobre a educação no Brasil. Uma das versões preocupava-se diretamente com a sociedade civil e a outra estava ligada aos poderes centrados ao governo. Assim criou-se o curso do magistério dentro do próprio ensino médio das escolas, sendo tratado então como um curso profissionalizante. Tal elemento não tinha em sua fundamentação teórica somente o ensino para as séries iniciais, mas também para a segunda etapa do ensino fundamental². Todavia os professores formados nesse novo modelo

¹ Escolas Normais são instituições de formação de professores. Estes locais serviriam como referencia de normalização das práticas educativas, formação e instrução profissional de novos mestres. Além de propor a melhoria do preparo de pessoas consideradas aptas ao magistério e para a docência.

² A organização do ensino fundamental divide-o, na prática, em dois ciclos. O primeiro corresponde aos primeiros cinco anos, é desenvolvido, usualmente, em classes com um único

poderiam atuar ministrando aulas para alunos do ensino infantil e para os quatro primeiros anos do Ensino Fundamental.

Durante esse período transitório de mudanças entre a escola normal e o ensino médio para o magistério, que fora inserido dentro dos ensinos médios como curso profissionalizante, o aluno poderia exercer então, a docência em séries primárias. Desta maneira alguns novos elementos foram criados nesta nova formação profissional que foi implementada dentro da própria organização. O aluno formado não sairia habilitado somente para o ensino primário, de tal maneira a intercalar os seus conhecimentos com outras disciplinas e outras séries, assim poderia não se deter a apenas uma turma de alunos.

Diante disso o trabalho foi dividido em partes para uma compreensão mais ampla do tema, tendo como seus objetivos a busca pela análise das formações oriundas das Escolas Normais, bem como a transição de uma formação a outra. Desta forma, partindo da reformulação da LDB e chegando até as formações atuais onde a interdisciplinaridade passa a ser identificada de maneira mais específica. Em seu primeiro capítulo, o trabalho visa estabelecer uma análise sobre as formações de professores no Brasil entre os anos que precederam a instalação das escolas normais, bem como suas reestruturações e aperfeiçoamentos que surgiram com o passar do tempo, até mesmo com a busca pelas modernizações e as adequações as normas, estas diretamente ligadas às formações docentes. No segundo capítulo procura-se identificar as apreciações das formações, nesse segmento analisa-se o magistério, um curso que prepara os professores para ministrarem aulas para alunos do ensino infantil e os quatro primeiros anos do Ensino Fundamental. Assim é possível traçar como ocorreram as suas normatizações e a criação do Centro de Formação e Aprimoramento do Magistério, o CEFAM. Este visava o aperfeiçoamento e a recuperação das habilidades do professor dentro de um curso que foi bastante desvalorizado. Ademais, servindo de aperfeiçoamento para os professores que estavam em formação na época.

No terceiro e último capítulo, será possível observar e conhecer as possíveis mudanças ocorridas no período transitório de uma formação a outra, chegando ao momento de formação docente na qual a interdisciplinaridade é valorizada. Partindo do pressuposto de que a interdisciplinaridade como nova técnica de ensino, vem

abrir um leque de novos conhecimentos entre um conteúdo e as disciplinas em suas fundamentações, atuando como teoria e também como prática.

Destacam-se as atribuições e as características do profissional docente, com isso além dos alunos considera-se como um dos principais elementos, e esses transformadores da realidade social. Mostrando a importância da capacidade do professorado, bem como as reflexões remetidas através do exercício da docência reflexiva, firmada em tornar o professor não apenas um ser capaz de transmitir o conhecimento, mas sim naquele indivíduo dedicado e preocupado em se engajar na construção do saber de forma geral e coletiva. Não apenas se delimitando a um grupo de pessoas, ou apenas guardando o que sabe para si, mas se fortalece em ajudar, em elaborar maneiras de favorecer e contribuir com a melhoria da educação no Brasil. Podendo identificar as deficiências e também aspectos positivos que podem contribuir para a valorização da profissão docente, como as novas tendências para formação permanente do professorado.

2 A FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO BRASIL

O conceito de formação de professores está ligado a vários elementos fundamentais dentro do próprio exercício da profissão docente. Entre eles está a qualidade do ensino que é oferecida aos alunos em formação, e as habilidades que o mesmo passará a executar quando formado. Uma característica atribuída ao estado é a intervenção durante o processo de formação do professorado quando substituiu, de certa maneira, o controle da igreja como instituição de ensino. Esta educação era provida pelos padres jesuítas, uma vez que o controle da educação era de fato destinado à igreja. Neste período ensinava-se através de dogmatismos, onde o poder e o ensino eram estritamente destes padres dentro do período colonial. Todavia a educação nesse período era aquela destinada as classes mais ricas, pois as famílias tradicionais da época tinham a relevância de ter um profissional formado na família, como doutores e advogados.

No Brasil essa estrutura não diferiu muito. Um dos exemplos de instituições de ensino precursoras no que se refere à relação entre o estado e a educação é o Colégio Pedro II. Criado dentro do período regencial e instaurado no Rio de Janeiro no dia 2 de dezembro de 1837. O colégio se tornou referência por ser uma das mais tradicionais instituições públicas de ensino básico no Brasil. E que dentro do plano educacional acreditava-se que ele tinha como intuito a formação de uma elite nacional. Quando intitulado imperador, Pedro II construiu a instituição que levou o seu nome. Dedicando boa parte de sua vida para cuidar do mesmo.

Desta forma, com a possível aproximação do poder exercido naquela época, a instituição participou diretamente de conflito, e demais acontecimentos ligados ao governo imperial e depois a república.

O colégio Pedro II foi um dos primeiros do Brasil a instituir o sistema seriado de ensino. Nessa conceituação dava-se ênfase no ensino das humanidades que era composto por letras clássicas, poesia, retórica e filosofia. Da relação existente entre o poder estabelecido no trono e o colégio, algumas nomeações foram acontecendo, como os primeiros dirigentes da escola, como Frei Antônio de Arrábida e seu vice-reitor Frei Leandro Rabelo, ambos eram Franciscanos.

O papel da criação do Colégio Pedro II era de ser um padrão de instituição de ensino secundário, não sendo gratuito, atendia os filhos da elite da época e tinha como objetivo a formação da elite política e administrativa de um estado que estava

em formação pretendendo a continuação do modelo Europeu de civilização. Outro elemento extremamente importante dentro do colégio era a formação do quadro de professores, estes estariam exercendo o professorado dentro daquela instituição. Os profissionais docentes eram todos pertencentes à chamada boa sociedade da época, aqueles que possuíam boa índole perante os demais, bem como o exercício da ética dentro das normativas educacionais. Dentre eles, engenheiros, médicos e religiosos, todos que vieram agregar o fortalecimento do Colégio Pedro II, justamente a cultura de elite dominante.

Ao aluno em formação no colégio, quando chegava o fim de sua participação dentro da instituição, era intitulado bacharel em letras, dando-lhe o ingresso no ensino superior sem precisar prestar outros tipos de exames. Por décadas, o programa estabelecido pelo Colégio Pedro II se tornou referência nacional para outros estabelecimentos de ensino secundário, assim como também foi exemplar a manutenção da disciplina entre o corpo discente, sendo eles medicina, engenharia e direito. Pois não era intuito da instituição a formação somente de professores, mas, também de médicos, engenheiros e advogados. Por serem profissões mais valorizadas.

Interpretando desta forma, o colégio tinha em sua missão preparar uma elite para o ingresso em cursos superiores. Mais tarde com a república, o colégio acaba mudando a sua estrutura e o direcionamento de suas formações sociais, abrindo suas portas para outros alunos, e desta maneira eles teriam acesso à instituição. Uma vez que a maioria dos alunos era pertencente à elite econômica e política do Brasil, mesmo havendo a previsão para estudantes destituídos de recursos, o colégio deveria atender tanto aos filhos das elites da época, quanto aos despossuídos, para que pudesse visar à preparação para áreas como o comércio, indústria e possível administração pública. Desta maneira os candidatos passavam por um rigoroso exame de admissão, que levava em consideração a idade, o mérito adquirido e habilidades inatas. Durante o período imperial o ensino no Colégio não era gratuito e os alunos admitidos pagavam honorários do ensino prestado. Caracterizando-se por matrícula anual e pensões trimestrais. No entanto, algumas gratuidades foram concedidas com o passar dos anos, utilizando os seguintes critérios: órfãos pobres, filhos de professores com 10 (dez) anos de serviço no magistério, alunos pobres que se destacaram no ensino primário e, posteriormente, filhos de militares mortos na Guerra do Paraguai.

Estes alunos eram internos e externos oriundos de várias classes sociais, e ganhavam benefícios como material escolar, uniforme e acolhimento. Mas com o passar do tempo, mais precisamente alguns dias após a queda do Império, o colégio Pedro II é denominado Instituto Nacional de Educação Secundária que em novembro de 1890 passa a chamar-se Ginásio Nacional. Em 1911, o colégio volta a ter sua antiga denominação, Pedro II. Na época o Brasil tinha como presidente o Marechal Hermes da Fonseca, que governou o país entre 1910 e 1914, e foi também ex-aluno do colégio Pedro II.

No ano de 1890, as mudanças na escola não se restringiram apenas a mudanças no nome do colégio. O atual Ministro da Instrução da República, Benjamim Constant, que era considerado um adepto da filosofia positivista, promoveu mudanças consideradas fundamentais dentro da instituição de ensino. Como a intensificação das aulas de ginástica e das ciências, promovidas na segunda metade do século XX.

Com o passar dos anos devido à necessidade de especialização e redirecionamento na formação docente, o estado viu nas escolas normais uma boa alternativa para contribuir com a centralização do ensino do professorado.

2.1 A Escola Normal

Apresenta-se dentro destas instituições uma formação docente que em seus momentos iniciais não faz o uso de fragmentações, ou até mesmo especificidades em suas habilidades, ou seja, as disciplinas ministradas aos alunos em formação são caracterizadas pela inexistência de uma formação específica para o ensino da docência caracterizada desde os tempos coloniais até meados do período imperial.

No entanto, estas formações aconteciam devido a outras formas de se comprovar as possíveis habilidades dos professores. Um exemplo é o atestado de moralidade e de conhecimentos do que o docente estava prestes a ensinar, assim se ele apresentasse uma boa conduta, seja ela moral e ética na sociedade em que estava inserido, e ainda mais, se o mesmo possuísse conhecimentos sobre o conteúdo a ser ensinado, era o que iria preencher os requisitos cobrados de um profissional docente para o ensino da mesma.

Vicentini e Lugli (2009), afirmam que para ir além disso, pode-se também identificar a aprendizagem da prática do ofício, que era realizada no sistema de

professores adjuntos, dessa forma, os futuros mestres aprendiam a lecionar acompanhando um profissional durante as aulas. Visto que, desta forma o aluno em formação poderia ter o contato direto com o professor já em atuação. Podemos assim caracterizar esse momento com o exemplo dos estágios supervisionados que viriam à tona em anos seguintes. As primeiras iniciativas de formação de professores não somente no Brasil como no mundo ocorreram dentro desses espaços de formação de professores primários. Sobretudo, antes da criação das Escolas Normais houve um esforço do estado em recrutar ou selecionar professores que estivessem dispostos a atuar dentro de escolas que obtinham sua formação de ensino primário. Contudo, deveriam fazer uso dos valores éticos e morais, uns dos mais importantes para a sociedade da época, que priorizava a valorização do caráter e da índole do indivíduo dentro do ambiente social.

António Nóvoa (1992) explica o papel das escolas normais criadas pelo estado para a formação de professores:

As escolas normais são instituições criadas pelo Estado para controlar um corpo profissional, que conquista uma importância acrescida no quadro dos projectos de escolarização de massas; mas são também um espaço de afirmação profissional, onde emerge um espírito de corpo solidário.(NÓVOA,1992, p.13)

Dessa maneira, tal intervenção estatal deu grande importância para que fosse possível realizar a organização e o direcionamento para os processos de formação docente no Brasil. Assim, estes momentos receberam apoio de homens públicos que se viram interessados no contexto educacional. Onde são englobados os processos de ensino-aprendizagem entre docente e aluno. Percebendo que no futuro poderiam existir possíveis relações e a associação entre educadores e os centros de formações. Os envolvidos neste processo colocaram-se então em uma posição que tivesse o intuito de oferecer e introduzir novidades dentro do contexto pedagógico educacional, essas foram trazidas até mesmo do exterior para que fossem disseminadas entre os docentes. De modo a adaptarem-se as condições específicas do ensino. Além de ser uma boa alternativa para a melhoria de recursos educacionais e pedagógicos, esta possível sugestão de aproximação sugerida anteriormente talvez não servisse apenas para este fim. Essas possibilidades deveriam ser analisadas de uma forma mais centrada, uma vez que as escolas normais passariam por dificuldades iniciais na fixação de suas unidades.

Caracterizam-se as escolas normais como instituições que permitem uma aproximação do professor com o exercício da docência, e firmam o saber que é produzido além da profissão docente. O saber pode ser constituído de várias formas, uma dessas é partindo para a atuação prática do professor em sala de aula, estando vinculados na centralização de conhecimentos e na própria maneira de saber-fazer.

O intuito dessas escolas, sob a ótica de instituição formadora, era de instruir profissionais comprometidos com o ensino e a educação, e estivessem ligados à especificidade de seus componentes curriculares, mais precisamente ao aluno em formação. Voltemos ao início, com a primeira escola normal criada no Brasil, mais especificamente em Niterói, no atual estado do Rio de Janeiro, no ano de 1835. Em virtude dessa instalação da EN nesse espaço, é possível entender qual a importância, ou até mesmo o porquê de Niterói ter recebido a primeira Normalista. Nesse sentido chegamos à análise de que a mesma foi instalada diretamente no município da Corte. Com a missão de educar a nobreza, as camadas superiores da sociedade e não estando aberta para todos. Próximo disso, podemos elencar aspectos que se assemelham com a instalação do Colégio Pedro II citado anteriormente, no qual em seu momento inicial não era aberto para todas as camadas sociais, em detrimento disso atendia as camadas da elite.

No entanto, a existência, bem como a criação de outras escolas normais foi muito passageira. E muitas delas acabaram abrindo e fechando suas portas, como exemplo da Escola Normal do Rio de Janeiro que fechou em 1849, devido a pouca quantidade de alunos. Outro fator que desprestigiou a procura pelas escolas normais foi à má remuneração salarial na qual os professores quando formados iriam receber, a precariedade das estruturas das EN e também o desprestígio da profissão e desnecessidade do diploma pela Escola Normal para o exercício docente.

No entanto Vicentini (2009 *apud* Vilella, 2005) indica que também se pode considerar como um fator para explicar esse fenômeno à preferência pelo modelo artesanal de professores adjuntos: muito mais econômico para o estado e suficientemente adequado às demandas da sociedade em que o papel da escola formadora não tinha se disseminado para a população em geral. Uma das características que as EN adquiriram nesse período, e que até meados do século XIX existiam unidades com apenas um único professor.

Somente no século XX, mais precisamente na década de 30 que são aprimoradas escolas mais consolidadas, e com um bom número de instituições instaladas por todo o território Brasileiro. Considera-se também a revisão dos currículos de tais escolas, ocorrendo sua reformulação e despertando assim, o interesse e a busca por tais instituições.

O professorado, diante das novas realidades e da complexidade de saberes envolvidos presentemente na sua formação profissional, precisaria de formação teórica mais aprofundada, capacidade operativa nas exigências da profissão, propósitos éticos para lidar com a diversidade cultural e a diferença, além, obviamente, da indispensável correção nos salários, nas condições de trabalho e de exercício profissional. (LIBANÊO, 2011, p.77-78)

A partir das reformulações dos currículos, acontece a procura por uma melhora significativa nas condições pedagógicas. O professor passa a ter um domínio melhor sobre as metodologias e práticas de ensino a serem utilizadas em sala de aula e enfatiza as competências específicas de um profissional docente. No entanto, é interessante repensar como eram os professores que lecionavam nas escolas normais. Visto que, muitos deles não tinham formações específicas na área da educação. É possível notar o conhecimento que tais indivíduos possuíam era de modo geral, de notório saber, considerado autodidata. Vale lembrar que muitos deles tinham formações em áreas como direito e medicina. Diante dessas colocações é possível compreender que seria necessário naquela época um apoio mais direto às escolas normais, com uma melhora da qualificação do próprio corpo docente, com significativos avanços que pudessem estimular e propiciar uma apreciação do professorado.

Mais tarde quando Getúlio Vargas assume a presidência da república em 1930, dentro de seu primeiro mandato, cria o chamado Ministério da Educação e Saúde Pública. Este ministério tinha em suas dependências várias ligações com outros setores do governo, matinha ligações com a saúde pública, esporte, educação e até meio ambiente, desta forma assuntos que se relacionavam ao ensino no país, poderiam ser tratados pelo departamento nacional do ensino, no qual o ministério da Justiça era responsável.

Mais precisamente em 1932, um grupo de intelectuais se viu preocupado em elaborar um programa de política educacional amplo e integrado. Viram como uma alternativa lançar o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, redigido por

Fernando de Azevedo e assinado por outros conceituados educadores, como Anísio Teixeira. Através desta ação podemos perceber tal ansiedade relacionada à educação, a problemas e possíveis dilemas que poderiam existir relacionados à formação de professores. Visto que, a educação como base para um bom convívio social, possui em seu papel formador a construção de cidadãos críticos e reflexivos. Isso torna possível a criação de um pressuposto que venha contribuir com a diminuição de desigualdade social existente na sociedade. Sabendo que um grande passo para isso é promover uma educação de qualidade como direito social, que é previsto em lei.

Neste momento, o manifesto propunha que o Estado se redirecione para um plano geral de educação e que definisse a bandeira de uma escola única, pública, laica, obrigatória e gratuita. Tornando desse modo a igreja como principal concorrente do Estado na área da educação, visto que a igreja tinha o papel social de abrangência geral, para as demandas sociais.

Foi em 1988, com a nova Constituição Federal, que a educação passa a ser vista como um direito de todos, dando ao Estado a obrigação formal de garantir a educação de qualidade a todos os brasileiros. Do período de 1934 a 1945, o então ministro da Educação e Saúde Pública, Gustavo Capanema Filho, promoveu uma gestão marcada pela reforma dos ensinos secundário e universitário. Nessa época, o Brasil já implantava as bases da educação nacional. Até 1953, com a autonomia dada à área da saúde, surge o Ministério da Educação e Cultura, com a sigla MEC. O sistema educacional brasileiro até 1960 era centralizado e o modelo era seguido por todos os estados e municípios. Com a aprovação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), em 1961, os órgãos estaduais e municipais ganharam mais autonomia, diminuindo a centralização do MEC.

Foram então necessários 13(treze) anos de debate que foram de 1948 a 1961, para que viesse a ter a primeira aprovação da LDB, sendo exatamente nos debates organizados pelo FNDEP, abertos e com a participação da sociedade civil. Nesse momento foi que nasceu a primeira das duas propostas para a LDB. Ficou conhecida como Projeto Jorge Hage, e essa versão chegou a ser apresentada na Câmara dos Deputados. A segunda proposta foi articulada com o apoio do então presidente Fernando Collor de Mello, através do Ministério da Educação e Cultura. Elaborada pelos senadores Darcy Ribeiro, Marco Maciel e Maurício Correa.

O ensino religioso facultativo nas escolas públicas foi um dos pontos de maior disputa para a aprovação da lei. O plano de fundo era a separação entre o Estado e a Igreja. Os anos posteriores foram geradores de críticas ao então modelo de formação docente em meados da década de 1960. Visto que, estas iriam além de seu público, e em sua maioria tinha uma composição de mulheres de classe média. Outras debilidades puderam ser acentuadas ao decorrer de análises. Entre essas está à falta de preparo dos estudantes que ingressavam no ensino normal, pois eram aceitos diversos alunos vindos de outros cursos profissionalizantes que tinham sua fundamentação de primeiro ciclo ou de ginásio, que eram alunos com destinação acadêmica.

Vicentini e Lugli (2009) colocam que para compreender as numerosas e variadas críticas ao Ensino Normal, tanto por parte de professores como da própria administração do ensino, é preciso considerar as transformações que a rede escolar sofria neste período, estando com grandes contingentes de crianças vindas de camadas menos favorecidas, que foram incorporadas ao sistema de ensino. Isso gerou a comparação com uma sagaz percepção da ineficiência das escolas para educar de uma forma apropriada a população. Com isso foi possível considerar um dos fatores que vieram a gerar esta ineficácia foram os altos índices de reprovação dentro ensino primário, que dificultaram a continuidade dos alunos no ensino secundário. E assim por diante, na qual mostra uma realidade vivida pelas EN nos momentos de dificuldade durante o decorrer das ações educacionais dentro das instituições.

2.2 Lei de Diretrizes e Bases (LDB)

Conhecida atualmente pela sigla (LDB), a lei de diretrizes e bases da educação foi criada a partir de uma necessidade da constituição federal de 1988. Trata-se de uma norma reguladora que embasa de forma geral as várias composições do meio educacional, sendo também a maior lei que aborda as diretrizes e as bases da educação do Brasil. Desta maneira, através de uma análise sobre o período em que a LDB foi instituída, é possível evidenciar como ocorreu uma nova maneira de se pensar a educação no Brasil. Acredita-se então com a instauração da lei um novo modelo educacional poderia estar adaptando-se as realidades e anseios do país na referida época.

Pereira (1999) afirma que sendo assim, a versão final dessa lei foi construída mediante a participação de diferentes sujeitos e atores sociais, fazendo com que a mesma viesse a assumir um caráter polifônico, porque se tornava possível ouvir o entoar de diversas vozes e pensamentos a partir da leitura de um de seus textos. Um dos principais atributos que se deve analisar é a atual realidade do país, como explica Pereira (1999):

É importante também não esquecer, quando se discute a questão da formação docente, as atuais condições da educação brasileira. Isso porque são vários os fatores externos ao processo pedagógico que vêm prejudicando a formação inicial e continuada dos professores no país, destacando-se o aviltamento salarial e a precariedade do trabalho escolar. (PEREIRA, 1999, p.111).

Nóvoa (1992) afirma que durante o Estado Novo assiste-se à degradação do estatuto socioeconômico da profissão docente e consagra-se uma visão funcionalizada do professorado. Nesse caso, se a primeira questão vai ser seriamente questionada pelos atores educativos a partir dos anos 60, desencadeando movimentos (políticos, sindicais, científicos) de certa envergadura, a segunda parece aceitar-se como uma evidência e não tem merecido grande atenção. A formação de professores tem sido coerente no aceitar (implícito) desta evidência, não sublinhando a dimensão do professor como um profissional autônomo e reflexivo.

No entanto, outras escolas optaram por, além do exercício primário, a especialização em assuntos educacionais. Outro fator elementar para a continuação do processo de formação de professores veio com a criação da lei 5.692/71, na qual cria as habilitações específicas para o magistério, ocasionando assim o fim das chamadas escolas normais de ensino primário e complementar de formação de professores, criando assim as habilitações características para o magistério. Para o ensino dele o aluno teria que passar os oito anos do chamado ensino do primeiro grau, para que depois ele possa estar incluído, juntamente com o ensino médio, adquirindo as habilitações para o ensino profissionalizante.

Um diferencial deste curso e dos centros de formação foram suas estruturas e suas logísticas empenhadas diretamente na formação do professor. Buscando uma normatização em seu currículo e se diferenciando de outros possíveis cursos de formação docente pelo simples fato de possuir uma legislação

própria, marcando uma de suas principais caracterizações, que entre elas estão às diversas críticas ao modelo estruturado para a continuação das formações docentes, pois elas agora perderiam algumas disciplinas específicas que eram consideradas importantes, devido a maneira acelerada que os conteúdos iriam ser tratados.

A partir destas informações é possível compreender que uma reestruturação acaba interferindo de maneira complexa num dos momentos mais cruciais da docência, a formação inicial do professor. Uma das preocupações instauradas nesse momento é como iria ocorrer às formações docentes, sendo assim, as que existiam no Brasil tinham o intuito principal de formar professores e estes estariam diretamente ligados à escola secundária.

Entre outras críticas que se fizeram a esses cursos estava a falta de conexão entre os conteúdos das disciplinas, que não permitiam aos alunos utilizar esses conteúdos em suas práticas docentes, uma vez que não compreendiam como mobilizar esses conhecimentos nas situações reais de ensino. (VICENTINI, LUGLI, 2009, p.49)

E um dos problemas mais influente nessa questão, e também relacionado aos cursos superiores de licenciaturas que breve iriam tomar um maior espaço dentro dos cursos de formação docente, é a dificuldade em trabalhar a questão das formações específicas em conjunto com as formações pedagógicas. Como se constituíram segundo a conhecida fórmula do “3+1”. Segundo Pereira (1999), é o período em que as disciplinas de natureza pedagógica, cuja duração prevista era de um ano, justapunham-se às disciplinas de conteúdo, com duração de três anos.

Este curso era ministrado em três anos, mas somente uma pequena parte dele era dedicada às disciplinas de formação docente, mais precisamente em um ano. Os outros dois anos eram dedicada às disciplinas de cunho científico. Através deste modelo de formação docente aplicado às licenciaturas, acabamos por ter um professor que fará uso dos atributos e das características de um profissional com normas técnicas, utilizando da racionalidade ele trará a visão de um profissional especialista que aplicará ao longo de sua jornada de trabalho as regras que derivam do conhecimento pedagógico e do conhecimento científico. Tornando-o assim um profissional com maior dificuldade em articular e fazer relações entre as disciplinas e suas habilidades, característica de períodos mais recentes que serão analisados posteriormente.

Mas para que isso possa acontecer é necessário estabelecer um preparo específico para o docente em formação. Pois como um profissional poderá fazer uso de metodologias de ensino e do conhecimento sem ao menos ter uma base consolidada que possa trazer a fundamentação necessária para a aplicação da ação? E assim, podendo intercalar suas didáticas com outras disciplinas escolares, saindo da fragmentação e da divisão para a construção e união dos saberes?

Dentro do modelo de formação técnica, como citado anteriormente para a formação de professores, alguns obstáculos surgem em meio a sua aplicação, e mostram que o modelo acaba se tornando inadequado dentro da vivência do professor:

As principais críticas atribuídas a esse modelo são a separação entre a teoria e prática na preparação profissional, a prioridade dada à formação teórica em detrimento da formação prática como mero espaço de aplicação de conhecimentos teóricos, sem um estatuto epistemológico próprio. Um outro equívoco desse modelo consiste em acreditar que para ser bom professor basta o domínio da área do conhecimento específico que se vai ensinar. (PEREIRA, 1999, p.112).

De acordo com Pereira (1999) é possível identificar que dentro dos cursos superiores, dentro das universidades brasileiras, o modelo acima citado ainda não foi totalmente superado. Uma vez que, as disciplinas de conteúdo específico, de responsabilidade dos institutos básicos, acabam continuando e precedendo as disciplinas de conteúdo pedagógico e tendo uma pouca articulação com elas. Nas quais acabam ficando na responsabilidade apenas das faculdades ou centros de educação. Visto que, um modelo que vem tomando a frente dos cursos de formação docente é o modelo que se contrapõe ao modelo da racionalidade técnica, sendo esse chamado de racionalidade prática, visando a um profissional reflexivo e autônomo, podendo interferir nas ações pedagógicas, exercendo o conhecimento a ser construído, modificado e então se tornar efêmero.

Do mesmo modo, o descuido com o embasamento teórico na formação de professores, indispensável no preparo desses profissionais, é extremamente prejudicial aos cursos de licenciatura. O rompimento com o modelo que prioriza a teoria em detrimento da prática não pode significar a adoção de esquemas que supervalorizem a prática e minimizem o papel da formação teórica. (PEREIRA, 1999, p.114).

Da mesma maneira pode constituir-se um modelo prático, é preciso rever valores para que nenhuma das ações dentro da própria formação do professor se

torne prejudicada. Pois se necessita trabalhar em consenso entre aspectos relacionados entre o meio teórico e prático.

2.3 CEFAM – Centro de Formação e Aperfeiçoamento do Magistério

Pode-se analisar que mais tarde, mais precisamente na década de 80, já com o magistério em funcionamento, criam-se então os chamados centros de formação e aperfeiçoamento do magistério, o CEFAM, o qual visava ao aperfeiçoamento e a recuperação das habilidades do professor dentro de um curso já bastante desvalorizado. Propiciando assim, um ensino mais qualificado com expectativa a atender as necessidades que a educação necessitava naquele momento. Pode se enfatizar que o CEFAM surgiu em um momento no qual o país passava por um período pós-ditatorial, estando em torno de um envolvimento cultural, e de redemocratização da própria sociedade. Desde então, se tentava superar os vinte e um anos de ditadura, recuperando a democracia no país.

Estes centros de formação de professores tinham em sua fundamentação as antigas escolas de formação de professores, mas que haviam perdido algumas características das antigas normalistas, pois o CEFAM visava a proporcionar uma nova face na formação docente.

Como estratégia de atuação existe toda uma estruturação de projetos dentro desses centros, até que aconteça a sua redistribuição para os demais estados, não se tornando um projeto forçado, imposto e sim colocado de maneira que os adeptos possam abraçar essa oportunidade de valorizar o empenho na formação docente. Um diferencial deste curso foi sua estruturação e sua logística empenhada diretamente na formação do professor. Buscava toda uma normatização em seu currículo, diferenciando-se de outros possíveis cursos de formação docente, pelo simples fato de possuir uma legislação própria, que foi uma de suas principais caracterizações. No entanto, pode ser considerada como uma composição que saiu dos moldes das escolas de formações de professores, pois ele continha ações que transformariam o exercer docente, como a preocupação pelas condições de trabalho do professor e a preparação de novas práticas pedagógicas.

Pelo fato de possuir essa organização em sua estrutura, os centros de formação tinham uma preocupação que iria além da transmissão de conteúdos, mas estava engajado em solucionar os possíveis problemas que poderia haver quando o

profissional estivesse em sala de aula, atuando diretamente com seu aluno e com as práticas educacionais que utilizaria em sala. Os alunos do CEFAM tinham disciplinas básicas do ensino médio, mas tinham disciplinas também que valorizavam a condição do ser professor, bem como com o que esse profissional deveria ensinar, o que ele iria aprender com seu ensino, com as trocas e os compartilhamentos da prática docente. Compreendendo as ações reflexivas para agir do professorado. Ao docente em formação, seu preparo profissional, suas debilidades e suas aspirações dentro de uma escola, estariam de certa forma sendo tratadas dentro de sua própria formação profissional. Dessas derivações do CEFAM, enfatiza-se constantemente o papel a ser exercido pelo profissional docente, não estando inserido apenas como um indivíduo, mas sim como agente que contribui para a realização de projetos, que consistem em elaborar técnicas e métodos para identificar, solucionar, entender e compreender as adversidades na carreira do professor.

Outro fator gerador de diferenciação do CEFAM foi à elaboração de um currículo que se preocupava em estar relacionado ao ensino teórico e prático. Imbernón (2009) coloca que a capacidade profissional do professorado não se esgota na formação técnica, disciplinar e nocionista, mas sim alcança o terreno prático e as concepções pelas quais se estabelece a ação docente. Por isso é possível ressaltar características e preocupações que irão se assemelhar com possíveis cursos atuais visando à relação entre disciplinas, tornando possível uma relação interdisciplinar entre elas, que poderiam contribuir para essa melhora na qualificação docente no qual o CEFAM estava engajado. Talvez no período delimitado, este centro não tenha identificado esse elemento como uma prática interdisciplinar, mas um dos grandes feitos foi realizar o despertar para o ingresso do magistério e tornar o aluno participante como construtor do conhecimento, sendo reflexivo nas aulas.

No entanto, mesmo que as escolas não fossem portadoras de uma estrutura física de qualidade, de um local amplo e bem centrado, os ideais do centro de formação e aperfeiçoamento do magistério estavam determinados a quebrar possíveis estereótipos, romper com fragmentações e paradigmas de métodos de ensino, conjugando um espaço que buscava uma identidade própria, natureza institucional específica, uma estância pública e aberta as diversas camadas da sociedade. Com o decorrer do tempo, pode-se ter favorecido para o encerramento do CEFAM foi que, em meados da década de 1980, o Ministério da Educação

acabou descontinuando o projeto, devido até mesmo as próprias sucessões dos ministros. Mas vale lembrar que após a LDB de 1996 os cursos voltaram a ser nomeados de cursos normais.

3 A FORMAÇÃO DOCENTE PELO CURSO SUPERIOR

Os anos seguintes serão marcados pela relevância da formação de nível superior em relação ao processo de profissionalização dos professores. Neste caso relacionado à disseminação ou fragmentação dos conhecimentos que eram considerados de suma importância para o processo de formação docente, como as disciplinas de ação pedagógica prática, sendo a teoria construída de maneira a adequar-se às necessidades.

3.1 O Curso de Pedagogia

O curso de Pedagogia surgiu em conjunto com as outras licenciaturas, mais precisamente na organização da faculdade Nacional de Filosofia, em 1939. E possuía articulações relacionadas à formação do professor. Desta maneira, com o passar dos anos, devido aos possíveis avanços sociais, o curso sofreu alterações em sua estrutura. Exemplificando, antes da constituição de 88 citada acima, a estrutura dos cursos de pedagogia em 1969 tiveram a distinção entre o bacharelado e a licenciatura, assim criando as chamadas habilidades. Os Bacharéis em Pedagogia atuavam em cargos técnicos de educação no Ministério da Educação e os licenciados, ao concluírem o Curso de didática, se encontrariam habilitados ao magistério no ensino secundário e normal.

O curso de pedagogia é um exemplo que pode ser analisado, pois em seu primeiro momento não tinha o intuito de formar especificamente professores. Mas nascia para formar educadores, pesquisadores e planejadores relacionados à gestão e assuntos educacionais. Desta maneira o curso se mantinha como um exemplo de bacharelado, enquanto na habilitação para a licenciatura o que foi agregado ao curso, 1 (um) ano de disciplinas didáticas e de práticas de ensino para aí sim formar professores, mas não docentes para alfabetizarem, e sim para dar aulas em escolas normais. O curso acaba perdendo atribuições de ensino, como metodologias de ensino que eram transmitidas pelas Escolas Normais em seguida com o magistério.

Um das dificuldades da relação entre a teoria e prática que foram encontradas pela pedagogia são diretamente adjuntas sobre as ementas das disciplinas do próprio curso, que tiveram o desenvolvimento das habilidades profissionais específicas nas salas de aula de maneira reduzida. Outra característica

de grande importância a ser elencada durante esse processo de formação é, que a dificuldade da educação acaba se dando no momento do processo de formação profissional do professor. Ou seja, para que ele possa ser reflexivo e consiga de forma construtivista unir as diversas bases de disciplinas e dos mais variados conhecimentos, sejam eles teóricos e práticos, utilizando-os de maneira pedagógica e interdisciplinar.

Scheibe e Aguiar (1999) citam o parecer do Conselho Federal de Educação, incorporado à Resolução CFE no 2/69, que fixou os mínimos de conteúdo e duração a serem observados na organização do curso de pedagogia, baseou-se na concepção de que as diferentes habilitações deveriam ter uma base comum entre os estudos, constituída por matérias consideradas básicas à formação de qualquer profissional na área, e uma parte diversificada, para atender às habilitações específicas. Desta maneira a base comum foi redigida pelas seguintes disciplinas: sociologia geral, sociologia da educação, psicologia da educação, história da educação, filosofia da educação e didática. A parte diversificada, para cada uma das habilitações, ficou assim estabelecida:

- para a habilitação “Ensino das disciplinas e atividades práticas dos cursos normais”, as seguintes matérias: estrutura e funcionamento do ensino de 1º grau, metodologia do ensino de 1º grau, prática de ensino na escola de 1º grau (estágio);
- para a habilitação “Orientação educacional”, as matérias: estrutura e funcionamento do 1º grau, estrutura e funcionamento do ensino de 2º grau, princípios e métodos de orientação educacional, orientação vocacional e medidas educacionais;
- para a habilitação “Administração escolar”, as matérias: estrutura e funcionamento do ensino de 1º grau, estrutura e funcionamento do ensino de 2º grau, princípios e métodos de administração escolar e estatística aplicada à educação;
- para a habilitação “Supervisão escolar”, as matérias: estrutura e funcionamento do ensino de 1º grau, estrutura e funcionamento do ensino de 2º grau, princípios e métodos de supervisão escolar e currículos e programas;
- para a habilitação “Inspeção escolar”, as matérias selecionadas foram as seguintes: estrutura e funcionamento do ensino de 1º grau, estrutura e funcionamento do ensino de 2º grau, princípios e métodos de inspeção escolar e legislação do ensino. (CFE nº 252/69).

Todavia, acaba sendo construída uma diretriz que não vai priorizar a formação de professores. Mas, sim visa à formação de profissionais para atuar em ambientes educacionais de forma mais geral, em diversos setores como na supervisão, na inspeção e nas estruturas de ensino.

No entanto, sabe-se que estas atribuições se tornam importantes dentro do contexto educacional, pois quando se tem profissionais ligados aos diversos âmbitos contextualizados em uma escola, como a coordenação pedagógica, ou serviços de orientação educacional acabam gerando contribuições para o educando, pois estas orientações que ele recebe na escola visam a colaborar com o ensino em sala de aula. Mas é preciso rever a questão que é discutida anteriormente, algumas das habilidades específicas, antes trazidas dentro dos cursos formadores de professores, acabaram perdendo espaço na questão da formação de pesquisadores e de outros profissionais da educação.

Nesse quesito o curso de pedagogia fica então intitulado licenciatura, pois a legislação anterior visou a esta colocação porque afirma que os profissionais oriundos da pedagogia poderiam atuar em escolas normais. A partir desta afirmação, é possível realizar a reflexão sobre a formação desses professores. Será que eles então continuariam a ter o mesmo empenho e valorização da questão do ser professor? A elaboração de metodologias que estavam engajadas em contribuir com o saber fazer ainda estaria sendo construída dentro da formação docente? Para realizar essa reflexão, pode se analisar os anos seguintes que vão transmitir uma reestruturação, ou até mesmo uma tentativa de resgate das habilidades específicas dentro das formações docentes.

3.2 Uma nova etapa na Formação

No ano de 1996 a habilitação que o profissional docente deveria possuir para exercer o professorado era a formação pelo nível médio, incluso dentro do magistério. Mas em 1996 a LDB instituiu a Lei nº 9.394/96 do artigo 62 que afirma:

A formação dos docentes para atuar na educação básica, far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal. (BRASIL, Lei 9.394/96 de 1996)

Desta forma a mudança sugerida não ocorreu nestes anos seguintes. Professores que possuíam suas habilitações para o magistério conseguiram continuar atuando normalmente em suas áreas de formação.

O conhecimento e a formação do professor buscam extrair o melhor de seu aluno ao longo de sua trajetória, tendo sua formação quase sempre inacabada, tornando sempre seu conhecimento e formação algo continuado, segundo Vighi:

A formação dos professores implica em um conjunto de saberes incorporado ao longo da própria vida. Saberes estes que decorrem da sua inserção num contexto societário, das relações que vão se estabelecendo com pessoas e instituições várias. (VIGHI, 2000, p. 5)

De acordo com Sacristán (1995), à docência pode ser definida como um conjunto de comportamentos, conhecimentos, destrezas, atitudes e valores, constituindo a especificidade de ser professor. Quando referido ao comportamento, o professor, independente do ambiente onde está inserido, é alguém reservado, e não exagera nas palavras proferidas e quase sempre aborda assuntos válidos em um ambiente social. Quanto a destreza, o educador, sempre passa por diversas situações que o desafiam, tais como salas exageradamente cheias, alunos desatentos e muitas vezes alunos que estão na sala de aula por obrigação e não pela vontade de obter conhecimento. Diante destes desafios, o educador acaba englobando todos os outros conceitos, inovando e cativando seu educando, mostrando ao aluno a importância do saber tanto para sua vida pessoal, quanto profissional.

Desta forma resgatava o valor da formação profissional, e tornava-se um referencial para futuros alunos, estes buscavam a profissionalização como docentes. Pereira (1999) analisa que é preciso, então, imaginar a formação de um profissional com algumas vivências na escola básica, desde a infância, com a adolescência e jovens/adultos, e então possa conhecer o seu cotidiano, suas construções, e o mais importante, sua realidade. É interessante conceber um profissional que, ao assumir seu trabalho com alunos adolescentes, por exemplo, possa compreender questões inerentes e relacionadas a sua infância e juventude, em seguida na fase adulta de sua vida, além de fazer parte desta etapa, ele fará parte da educação básica que é destinada aos indivíduos contextualizados e inseridos nas escolas.

Outro fator de grande relevância já mencionado em discussão é sobre o apoio devido ao profissional docente com práticas vivenciadas e de trabalho que se relacionaram a coletividade, não estando ligado somente na questão individual. Diniz Pereira (1999) contextualiza que o profissional que se tenha formado na perspectiva de ser reflexivo em sua prática, tende a se orientar pelas demandas de sua escola e

de seus alunos. Desta forma é fundamental criar, nos cursos de licenciatura, uma cultura de responsabilidade colaborativa quanto à qualidade da formação docente.

4 CONTINUIDADES NA FORMAÇÃO DOCENTE

Ao tentar analisar, e desta maneira conhecer os fatores decisivos para escolha da profissão docente, podemos chegar a alguns influenciáveis na construção da identidade do profissional da área de educação. Desta maneira é possível chegar a um indivíduo que acaba por representar uma referência dentro da instituição na qual está inserido, bem como nos lugares por onde passam, através da representação de sua identidade como docente.

Podemos estabelecer um comparativo entre dois tipos de profissionais, aqueles que já estão de certa forma desestimulados e apegados a métodos e saberes antigos dentro da profissão, sem nenhuma perspectiva de melhora na educação, e também na valorização da docência. Por outro lado temos o profissional que se dedica ao seu autoconhecimento e está comprometido com sua prática docente, inovando-a de forma a esclarecer e resolver a maior parte de seus desafios no cotidiano escolar.

No entanto, existem professores reflexivos no exercício da docência, esses sentem a necessidade de procurar uma melhora significativa nas especializações de suas formações. Pensamos em professores como transmissores de conhecimento, fator que atualmente gera pressão, pois as ansiedades surgidas no decorrer da carreira docente são diversas, entre essas estão questões salariais, melhorias nas condições de trabalho, violência, e no descaso de gestores. Esses são alguns dos fatores existentes e podem levar a desestimar o profissional de educação. Pois a partir do momento em que ele olha o passado, visualiza uma profissão muito mais valorizada e possuía o seu devido respeito na sociedade. No entanto é possível encontrar valores que antes considerados como importantes na docência acabaram se perdendo ao longo do tempo.

O conhecimento adquirido na academia é, por vezes, ofertado como produto de consumo a clientes, bem como se oferta um produto conforme a demanda do mercado. Em outra problemática vê nessa profissão a exigência ainda constante de atualização e revisão até mesmo do seu próprio conhecimento. Sendo possível observar a satisfação ao ver indivíduos que por seus ensinamentos conseguiram “sair da caverna”. Desta maneira, vale lembrar-se do mito da caverna exposto por Platão. No qual aborda as questões de indivíduos aprisionados em uma caverna, e foram amarrados de forma que não pudessem olhar para trás, acabam por ver

apenas a parede a sua frente. No entanto, entre a fogueira que existe em suas costas, surge também um caminho, e neste trajeto, muitas pessoas passam por ali diariamente seguindo o seu percurso de vida, de modo a refletir somente as sombras na parede. Um único mundo que os prisioneiros nunca conheceram. Até que um dia um deles é libertado, e vai tentando se adaptar ao novo mundo a sua volta, feliz com as novas descobertas volta até a caverna para contar as boas novas aos seus amigos, esses acabam desconhecendo aquele que antes fazia parte de suas relações de amizade e convívio.

Assim, imaginemos os prisioneiros como não apenas simples personagens, e sim como uma de nossas personificações. As correntes podem significar nossas crenças e preconceitos adquiridos e então vamos criando e acreditando ao longo dos tempos. No entanto, um deles consegue se libertar, e acaba por ter um simbolismo maior. Ele vai representar as ideias que nos fazem soltar as amarras, e permitir ver as coisas como elas são. Assim é possível encontrar um novo horizonte, e descobrir a luz da liberdade do pensamento. Os professores vão ajudar a construir seres questionadores, que possam respeitar a igualdade e as diferenças, ser solidário e refletir para ações positivas em seu entorno e na comunidade onde vive. Pois docentes acreditam ser a sua profissão encaminhadora de seres mais pensantes e reflexivos, o professor na relação do seu prestígio resgata sua identidade na sociedade. De acordo com Nóvoa (1995), esse paradoxo pode ser compreendido se considerado que estão em jogo as visões idealizadas e a realidade concreta das situações.

A profissão de professor é sem dúvida a construção de um processo de identidade, com grande complexidade, isto é, englobam várias nuances que não somente se referem a ele, mas também fala a cada um de seus alunos como indivíduos singulares, cujo o docente tem justamente o papel de desenvolver no aluno a evolução e a valorização de seus feitos.

O professor em sua trajetória enfrenta situações tanto positivas como negativas. É possível encontrar na sua grande maioria profissionais docentes que se sentem realizados na profissão escolhida, pois diante dos desafios que essa profissão enfrenta em ser um bom professor, exige muito mais que apenas uma formação acadêmica e conhecimentos científicos. Mas sim uma vocação e uma entrega total a um legado, o de educar. Analisando os aspectos relacionados às escolhas da profissão docente, percebe-se que elas podem ser de diversas formas.

Uma delas é pela vocação nata que o indivíduo possui, e por atuar na profissão sentem o desejo de construir o conhecimento juntamente com o aluno.

Muitos anseiam à docência desde muito cedo, desejam ser agentes transformadores e buscam isso ainda na infância, imitando seus professores em brincadeiras que, impulsionam cada vez mais essa prática. Outras acontecem pela pouca disponibilidade de cursos de formação relacionados a outras áreas. Algo pouco visto nos dias de hoje, pois, todos os jovens são incentivados a buscarem aquilo que mais os motiva, quando se trata do futuro profissional, tornando assim a opção de ser um educador, algo deixado de lado, talvez pela velha lembrança da má remuneração salarial dos profissionais docentes, principalmente por parte dos que estão ingressando no ensino público, e também pelas dificuldades que aparecerão no decorrer do exercício da profissão.

A formação pela motivação familiar é outro fator que corresponde à escolha profissional, pois de tal maneira muitos pais induziam seus filhos a se formarem professores.

Independente do modo como tais indivíduos conseguiram seu ingresso no meio educacional, seja por vontade própria ou não, uma minoria não se adequou a realidade escolar e tomou outros rumos para sua escolha profissional. Mas muitos que seguiram, procuram cada vez mais o seu aperfeiçoamento, mesmo encontrando várias barreiras pelo caminho. Como a falta de incentivos por parte do governo federal em cursos superiores, como, mestrado, pós graduação e doutorado em áreas da educação, bem como diz Guimarães:

Neste sentido, estamos entendendo que o investimento na formação é um ponto de partida que apresenta possibilidades de melhoria da profissionalidade e de um significado diferente para a profissionalização e o profissionalismo docentes, bem como a possibilidade para a ressignificação da sua identidade profissional nesse contexto pródigo em mudanças de natureza variada (GUIMARÃES, 2004. p.25).

Tornando a docência, uma profissão que mostra muito mais além do que aparenta, cativando a quem segue de uma forma minuciosa e observadora, algo que transforma, inova e motiva seus educandos e sociedade a serem seres críticos e conscientes para sua atualidade e posteriormente para o futuro.

4.1 Novas Exigências

Em 2007 a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, (LDB) mais uma vez veio à tona, e determinou que professores saídos do magistério deveriam possuir um ensino superior, para que suas competências fossem se adequando as novas exigências. Como exemplo está às formações pelos cursos de graduação, para que os docentes continuassem a desempenhar suas funções em sala de aula, desta forma favorecendo os cursos de pedagogia e as licenciaturas. Visto que, professores formados antes de 2007 poderiam exercer suas práticas educativas em sala de aula sem precisar adequar-se as novas exigências.

Essa qualificação profissional exigida com a instituição ou reformulação da lei visa melhorar às qualificações dos docentes de todo o Brasil. Assim, sob a luz das questões atuais, essas novas formas de preparar os professores atendem melhor às demandas sociais, econômicas e culturais. As licenciaturas possuem em suas atribuições o estágio supervisionado, visando à melhora na qualificação e na preparação do futuro professor em sala de aula. O estágio é muito mais do que um simples chegar à escola, parte de ir além, e conhecer as ações do cotidiano escolar. É saber o interesse dos alunos em relação às atividades, é a interação professor-aluno. O construir do conhecimento, é aflorado, partindo de novos aspectos que visam à contribuição da formação do discente para o exercício da profissão.

Conforme citado por Pimenta e Lima (2011) no livro “Estágio e Docência”, tal elemento visa à compreensão do mundo e agir nele de forma crítica, uma mediação na construção social de uma prática político-pedagógica. Assim, permitindo e estabelecendo uma contribuição que se remete a qualificação e desenvolvimento do professorado, começando a se aperfeiçoar em um novo paradigma educacional baseado na transdisciplinaridade, na multidisciplinaridade e na interdisciplinaridade. Visto que, essas transformações devem romper com antigo protótipo de ensino e qualificação docente.

Assim, por trás desta prática se estabelece uma grande diversidade de elementos antropológicos, filosóficos, epistemológicos e psicológicos, que vão ultrapassar a grande diversidade disciplinar existente, que em suas fundamentações buscam a organização e a apropriação dos conhecimentos. Uma das principais evidências dentro das organizações dos componentes curriculares é a dialética que é utilizada para a compreensão dos próprios fenômenos da realidade que estão se

interagindo entre si, não estando isolados. Assim é possível a análise de um com os diversos outros existentes, não se delimitando a um sistema que visa ser compreendido apenas fragmentando suas partes.

As licenciaturas atuais visam propiciar estas novas metodologias dentro da formação de professores. Muitas delas estão se adequando as novas tendências do meio educacional, contribuindo para a utilização de bases interdisciplinares, tanto na formação do professor, quanto na formação do próprio aluno em sala de aula. Pensando dessa maneira, entende-se que com melhorias no preparo da formação do professor e com base na crítica ao modelo da racionalidade técnica e orientadas pelo modelo da racionalidade prática, definem-se outras maneiras de representar a formação docente. As atuais políticas para preparo dos profissionais da educação, no país, parecem consoantes com esse outro modo de conceber tal formação, desta forma, as propostas curriculares elaboradas desde então rompem com o modelo anterior, revelando um esquema em que a prática é entendida como eixo dessa preparação. (Pereira, 1999).

A educação sempre exigiu a procura de um equilíbrio difícil com as adversidades encontradas e críticas por parte da sociedade, quando seus alunos têm um baixo desempenho, ou quando não há tanta interação com seu aluno. A chamada exigência social colocam em confronto o professor e estes desafios do cotidiano, assim o educador busca traçar uma linha de atuação a fim de obter um novo modelo educativo que contemple soluções a estas desventuras.

A tarefa de educar não é algo que muitos desempenham com êxito, o professor como agente transformador da realidade em que vive muitas vezes surpreende a muitos, atingindo objetivos além do esperado em sua função como educador. Na atualidade, os educadores da rede pública de ensino não tem o mérito que lhes é de direito, considerado assim, como uma classe de trabalhadores desvalorizada em diversos segmentos, principalmente quando se fala em seus rendimentos financeiros.

Nos anos passados, ser professor era sinônimo de grandeza e de notoriedade perante a sociedade, uma profissão valorizada e conceituada, bem vista por muitos. Ser professor nesta sociedade era ser alguém dotado de saber, uma pessoa que é culta e admirada por muitos. Diferente da realidade que é encontrada hoje, onde o professor é visto como alguém não tão importante para o meio em que vive, sofrendo com salas exageradamente lotadas e com alunos pouco interessados

com o que é construído em sala de aula. Contudo este ofício ainda é bem visto por algumas poucas pessoas que reconhecem o valor e a importância que esta profissão traz para todos. Pode-se dizer que o professor é o único profissional formador dos demais profissionais, pois todos os outros passaram por um professor, antes de estar onde se encontram.

Desta forma, alguns dos professores já possuem, e outros talvez vão possuir certa visão que pode variar segundo as sociedades e os contextos em que se encontram inseridos. No entanto, independente da área, série ou grau lecionados pelos educadores são de extrema importância na formação profissional e pessoal de cada pessoa nos dias de hoje.

Como parte fundamental do processo de ensino – aprendizagem o professor encontra diversos insucessos, pois a prática docente nem sempre representa o êxito em sua aprendizagem. Nesse sentido a valorização da prática docente torna-se um aspecto de grande importância nesse processo, pois o professor busca despertar o senso crítico do aluno, em uma tentativa de mostrar além da realidade que este está vivenciando, instruindo um ser capaz de decidir o certo ou errado para si e para a sociedade em que está inserido.

Muito mais de ser somente educadores, o professor, desde a educação infantil até a universidade, desempenha um papel fundamental na formação das pessoas, mostrando e construindo conhecimento aos seus alunos de forma objetiva e prática, desenvolvendo seres críticos e competentes. Bem como diz Voli (1998) sua influência não se limita à formação acadêmica, pois intervém de forma direta e determinante na formação do caráter e da personalidade da criança e, conseqüentemente, do futuro do adulto (p.3).

Nesse sentido o professor, perante a sociedade desempenha uma função de grande estima tanto para seus alunos, quanto para a sociedade que o rodeia, formando cidadãos conscientes do melhor para si e para seu futuro.

Muito tem se discutido como a escola, apesar da modernidade, não está totalmente aberta para mudanças e sim ainda se vê como uma espécie de fábrica que está destinada a transformar alunos e professores em mão de obra para o mercado de trabalho. No entanto, já se modernizou, ainda não conseguiu dominar totalmente este vasto campo de informações que a atualidade vem trazendo, pois quanto mais capacitada, mais dificuldades ela tem enfrentado porque se afastou de

seu principal objetivo, que é o de formar cidadãos mais reflexivos e críticos, ou seja, seres independentes.

Neste ambiente está inserido o professor, que muitas vezes não tem autonomia para realizar seu trabalho como deveria fazê-lo, não pode fugir de regras impostas pelo governo direcionando o que se devem ensinar. E muitas das vezes, acabam sendo conteúdos vazios, e não vão ao encontro das necessidades da comunidade em geral.

Segundo Canário (2007), "a escola passou de um contexto de certezas, para um contexto de promessas, inserindo-se atualmente, em um contexto de incertezas" (p.17). Nesse quesito, entendemos que a instituição escolar em tempos passados, estava empenhada em realizar os anseios da comunidade escolar, bem como a da própria sociedade que se encontra ao redor da escola. Com o passar dos tempos, e devido às adequações e cumprimentos de normativas que as instituições devem fazer valer, principalmente as provenientes do governo, muitos profissionais que fazem parte do corpo docente acabaram se desestimulando em criar expectativas na construção e na ação docente. Sejam elas na aplicação de novas técnicas de ensino, como aprimoramentos na questão da aprendizagem.

Estes contextos podem explicar bem as condições detalhadas da escola hoje, pois o primeiro nos remete a primeira metade do século, em que os cidadãos eram organizados de forma a entrarem nos padrões exigidos da época, em que a educação era o pilar central do estado, elitizando a educação, só quem tinha o poder aquisitivo poderia estudar. O segundo ocorreu após a segunda guerra mundial e a educação ficou voltada para as massas com as promessas de igualdade, de desenvolvimento e ascensão na sociedade.

Mas a partir dos anos 70, com a entrada da sociologia da educação voltada para o indivíduo como sujeito ativo de suas ações, houve uma frustração, pois as promessas não foram cumpridas e o acréscimo das desigualdades foram conseqüentemente aumentadas e atribuídas à escola.

Neste sentido, houve uma desvalorização da escola enquanto instituição voltada para o ensino e para a autonomia do cidadão. Contudo, ainda é tempo de se pensar em reformular as ideias e repensar as concepções que podem de maneira eficaz auxiliar nas mudanças necessitadas e esperadas pela escola, como expõe Canário (2007):

O modo como o futuro da educação e da escola poderá vir a se configurar depende da resposta que for dada ao dilema imposto aos sistemas educativos: o de continuarem a se orientar segundo critérios de subordinação instrumental relativamente a uma racionalidade econômica que está na raiz de nossos graves problemas sociais ou, ao contrário, apostar nas virtualidades emancipatórias e de transformação social da ação educativa (CANÁRIO, 2007, p.17).

Assim, a escola, os professores e demais componentes inseridos no contexto educacional que se chama educação, podem sim reverter este quadro e buscar soluções que a beneficiem. Canário (2007) nos diz:

A construção de uma “outra” educação que represente uma saída positiva para as dificuldades atuais supõe a nossa capacidade de agir em dois sentidos que, na aparência, são contraditórios. Por um lado, agir no sentido de superar a forma escolar, e, por outro, agir no sentido de reinventar a organização escolar, o que implica um terceiro eixo de ação, o de construir uma nova legitimidade para a educação escolar (CANÁRIO, 2007, p.17).

Para superar a forma escolar deve-se agir no sentido de montar-se um projeto educativo, capaz de organizar os benefícios já adquiridos pela instituição, com a finalidade de solucionar os problemas existentes e os que poderão vir a se estabelecer. Para reinventar a organização escolar, tem-se de rever os parâmetros curriculares que exigem que cada turma fique em determinada sala, e tenha tal disciplina em espaço de tempo, que geralmente, não se consegue o entendimento da mesma. E por fim uma nova legitimidade que a escola uma forma mais coerente de se tratar sua comunidade e também o que se é escrito em seus projetos pedagógicos seja cumprido, desta forma teremos uma escola justa para uma sociedade ainda mais justa.

Com os avanços da educação no Brasil, uma formação profissional que se dedicava somente a uma área de continuidades específica, carece agora, dentro de um novo olhar da educação de uma estrutura para sanar as necessidades e dificuldades que surgem cotidianamente.

4.2 A Interdisciplinaridade na formação docente

Antes de analisar a interdisciplinaridade dentro da formação de professores, precisamos compreender os conceitos que a rodeiam. A multidisciplinaridade e a transdisciplinaridade permeiam pensamentos, elas possuem aspectos relacionados, mas que são portadores de algumas diferenças. Marília Freitas (1998) analisa a

ideia de integração e de totalidade que aparentemente perpassa estes conceitos tem referenciais teórico-filosóficos diferentes e inconciliáveis. Desta forma, uma organização transdisciplinar ou multidisciplinar é diferente da organização de ensino disciplinar.

As tentativas de trabalho em conjunto de professores com as disciplinas acabam gerando uma exaustão entre as próprias relações impostas, pois cada uma trata os temas por sua visão, e por algumas vezes intercalando com alguma referência bibliográfica, outras técnicas de ensino e avaliações. Poder-se-ia dizer que na multidisciplinaridade as pessoas, no caso as disciplinas do currículo escolar, estudam perto, mas não juntas. (ALMEIDA FILHO, 1997).

Quando pensamos nesse conceito, é estabelecida ou tenta-se compreender de que forma ela é fundamentada. Se for colocada como algo permeável, ou transcendente de algo, visualiza-se um pressuposto bastante amplo, tentando realizar reflexões que ajudem na apreciação de conjecturas epistemológicas da transdisciplinaridade, embora iniciais ajudem na compreensão deste conceito. Almeida Filho (1997) acredita que a transdisciplinaridade insere-se na busca atual de um novo paradigma para as ciências da educação bem como para outras áreas(...).

É notória a continuação e aperfeiçoamentos do segmento interdisciplinar. A compreensão de que não existe um conceito definido de interdisciplinaridade é um dos fatores de grande importância. Ela é considerada além de uma teoria, uma prática a qual visa beneficiar e propiciar grandes resultados a educação, e nas áreas na qual se insere, considerando um processo preciso a ser vivido e exercido.

A interdisciplinaridade não seria apenas uma panacéia para assegurar a evolução das universidades, mas, um ponto de vista capaz de exercer uma reflexão aprofundada, crítica e salutar sobre o funcionamento da instituição universitária, permitindo a consolidação da autocrítica, o desenvolvimento da pesquisa e da inovação. (FAZENDA, 1994, pg.22)

A interdisciplinaridade além de propiciar o agrupamento de disciplinas e seus componentes na contextualização de um objeto de estudo, vem abrir um leque de oportunidades que ainda não foram estudadas, ou até mesmo encontradas.

Entre questões relacionadas ao contexto analisado, o Ministério da Educação e Cultura faz uma abordagem onde afirma que a área interdisciplinar desde sua

nomeação em 2008, tem tido uma das maiores taxas de crescimento dentro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). São características provenientes de dois fatores que segundo ele são independentes, mas de ação conjunta. Como consequência, a área interdisciplinar visou propiciar e instigar aspectos proposicionais nas áreas de pós-graduação Brasileira.

Dentro dessa questão se permitiu a atuação entre pesquisas e cursos os quais tinham suas fundamentações consideradas mais complexas. De outro lado a área pode servir de abrigo para propostas a partir da implantação para novos cursos dentro de universidades que foram instaladas mais recentemente, e também para instituições encontradas mais distantes dos grandes centros urbanos. Onde muitas delas já possuem cursos de pós-graduação em fase de formação e consolidação. Desse modo, essas atribuições, segundo a Capes, servem de forma importante para o sistema de Pós-graduação. Na mesma medida em que vai servir também como porta de entrada para diversas universidades e instituições de ensino que estão engajadas em atividades de pesquisa e ensino pós-graduado. Visa à contribuição de aperfeiçoamentos para o corpo docente, de modo a oferecer uma formação mais desenvolvida em recursos humanos em várias regiões do Brasil.

É importante analisar que a área interdisciplinar surgiu segundo as necessidades de se pensar e analisar os novos problemas que são relacionados ao mundo contemporâneo. Desta maneira, oriundos de diferentes aspectos e com vários tipos de complexidades. Sendo que muitos desses são respectivamente relacionados aos avanços da sociedade, em meios científicos e tecnológicos. Podemos refletir sobre esses aspectos colocados pela Capes em relação ao contexto interdisciplinar, de modo a entender a preocupação em elaborar um documento que proponha agrupar as diversas áreas do conhecimento, seja ele científico, tecnológico, social, político, econômico para que se possa estabelecer uma conversa entre os mesmos. Ou seja, uma nova relação entre disciplinas, não tendo somente um diálogo com questões que apresentem semelhanças.

Mas, no entanto, busca então relacionar aspectos e disciplinas que pelo contrário, não apresentam semelhanças. Busca promover a relação entre essas, fazendo com que seja possível identificar novas relações do conhecimento, e que muitas apresentam conexões que buscam ir além delas. É possível identificar então, as dificuldades que por vezes são encontradas nessas possíveis relações interdisciplinares, uma vez que muitas disciplinas se encontram com barreiras que

as deixam sem a oportunidade de abrir relações com as demais áreas do conhecimento. Tornando assim um desafio para as ligações metodológicas e teóricas dos diferentes campos do saber.

As concepções de um trabalho interdisciplinar são aquelas que entendem a relação existente entre a capacidade de analisar e sintetizar, a partir do momento em que se analisam as distribuições e reflexões de diferentes componentes curriculares. Podemos estabelecer uma compreensão sobre esta nova forma de contribuição dentro da educação, como algo derivado de construções metodológicas e aperfeiçoamentos de currículos, que visam dentro da formação docente à expansão das habilidades do professor, unindo-o com a pesquisa e a fundamentação de áreas do conhecimento.

Libanêo (2011) analisa que a atitude interdisciplinar requer uma mudança conceitual no pensamento e na prática docente, pois seus alunos não conseguirão pensar interdisciplinarmente se o professor lhes oferecer um saber fragmentado e descontextualizado. (Pg.35)

A educação como objeto que está em constante construção deve consigo procurar meios que comprovem esta modificação que acontece dia após dia. Uma das continuidades analisadas neste trabalho é como acontece à formação do professor nas medidas interdisciplinares.

Atualmente, existe uma grande sensibilização ou até mesmo uma mobilização que norteia esse pensamento, unir as diversas bases do conhecimento em torno de um mesmo objeto. O aluno em formação a partir do momento em que é inserido, e depara-se com um contexto interdisciplinar, por vezes é tomado pela dúvida, ou questões que irão direcionar ou até mesmo impactar devido às diversas uniões do conhecimento proporcionado pelo ensino interdisciplinar propõe durante esse primeiro contato entre eles. Mas antes de tudo é preciso analisar os intelectos do ensino interdisciplinar dentro da educação profissional.

José Clovis de Azevedo e Jonas Tarcísio Reis (2013) abordam que a interdisciplinaridade passa a ser uma prática:

O conceito de interdisciplinaridade emerge na legislação como uma força prática que até então estava como noção nos textos e discursos de pensadores críticos; a reflexão sobre a interdisciplinaridade reveste-se de importância também para não pensá-la de modo simplista na qual condiciona sua dinâmica a uma temática da “moda” pedagógica, em geral abordada de modo repetitivo e habitual, sobrepondo conteúdos que

terminam por cansar o aluno e esgotam prematuramente o planejamento de ensino. (AZEVEDO, REIS, 2013, pg.145)

Assim, por trás desta prática se estabelece uma grande diversidade de elementos antropológicos, filosóficos, epistemológicos e psicológicos, estes irão ultrapassar a grande diversidade disciplinar existente, que em suas fundamentações buscam a organização e a apropriação dos conhecimentos. Uma das principais evidências dentro das organizações dos componentes curriculares é a dialética que é utilizada para a compreensão dos próprios fenômenos da realidade que estão se interagindo entre si, não estando isolados. Assim é possível a análise de um com os diversos outros existentes, não se delimitando a um sistema que visa ser compreendido apenas fragmentando suas partes.

Fazenda (2012) afirma que o primeiro passo para a aquisição conceitual interdisciplinar seria o abandono das posições acadêmicas prepotentes, unidirecionais e não rigorosas que fatalmente são restritivas, primitivas e “tacanhas”, impeditivas de aberturas novas, camisas de forças que acabam por restringir alguns olhares, tachando-os de menores. Necessitamos, para isso, exercitar nossa vontade para um olhar mais comprometido e atento às práticas pedagógicas rotineiras e arrogantes em que a educação se exerce com competência. Desta forma, para se obter êxito no ensino interdisciplinar, é preciso romper com antigas ideias de uma educação fragmentada, direcionada apenas a um objeto. A formação docente, partida destas novas conceituações, requer uma reorganização curricular, um apoio com alicerces definidos, ou que procuram estar, pois é difícil estar definido, ou em completa formação em um sistema que sofre alterações dia após dia.

Toda qualificação profissional necessita de elementos que visam contribuir e direcionar aspectos que geram resultados e se atribuem no profissional em formação. Ela não é considerada apenas uma qualificação para o indivíduo que visa seu ingresso na docência, é um complemento que envolve um contexto teórico e mais além em sua prática. O ambiente que o professor irá atuar depois de formado tem grande importância nesse quesito, pois, a preparação para atuar com pessoas, e contribuir para que se torne um ser reflexivo e crítico, exige muito do professor.

Uma das questões que segundo Libâneo (2011) afirma, é que uma grande questão a frente destas formações, é, portanto aquela que ajude o aluno a transformar-se num sujeito pensante, de modo a aprender a utilizar seu potencial de

pensamento por meio de métodos cognitivos de construção e reconstrução de conceitos, habilidades, atitudes, valores. Assim, entende-se que, uma formação deve possuir investimentos, empenho em sua elaboração e em sua própria fundamentação, acaba por obter uma combinação que se tornará bem sucedida, no que se refere às atribuições destes valores e na prática ativa desses componentes cognitivos.

Propiciando uma formulação de pensar própria de cada indivíduo, e não daqueles que se apropriam de ideias prontas, ou até mesmo de um senso comum.

4.3 Ciências Humanas - Licenciatura

Diante do exposto, identificamos a prática interdisciplinar dentro das novas licenciaturas e graduações como um conceito que visa à complementação das formações docentes no Brasil. Entendendo que ser professor é realizar, não somente uma prática pedagógica, mas também promover uma interação social entre seus educandos, fazendo-os refletir sobre a cultura que possuem e o contexto social em que estão inseridos. A intervenção pedagógica do professor é influenciada pelo modo como pensa e como age nas diversas faces da sua própria vida. A Universidade Federal do Pampa, campus São Borja/RS trouxe o curso de Ciências Humanas – Licenciatura. No qual está engajado nessa proposta que visa promover o ensino interdisciplinar, partindo e trabalhando diretamente na área educacional, especificamente na formação de professores.

Conforme texto de apresentação do curso, o mesmo visa à formação de profissionais de ensino, capacitados para atuarem como professores na Educação Básica. No ensino fundamental nas séries finais de 6º a 9º ano, especificamente nos componentes de História e Geografia. No Ensino Médio ele atuará nos componentes de História, Geografia, Sociologia e Filosofia. Vale lembrar que, este curso está estruturado sob uma perspectiva interdisciplinar, pela qual os futuros profissionais poderão qualificar-se a partir da interação com conhecimentos, metodologias e demais aprendizados que são construídos diariamente dentro da Universidade. Desta forma, o curso de Ciências Humanas irá realizar a proposta para o desenvolvimento de uma instrumentação teórica baseada na transversalidade de temas e estratégias de ensino, visando uma formação capacitada para os futuros profissionais da educação através de atividades de ensino, pesquisa, extensão e

cultura. Uma das características apontadas pela coordenação do mesmo, é que o curso acaba por apresentar em suas bases um diferencial de outras licenciaturas.

Desta vez por se instalar no Estado do Rio Grande do Sul e ser caracterizado como um dos pioneiros devido à construção de sua proposta pedagógica. Sendo que esta é dominar as linhas gerais dos estudos das Ciências Humanas, entendidos enquanto análise das interações do ser humano ao longo do tempo em sociedade e conhecer as principais vertentes teóricas orientadoras das respectivas áreas de conhecimento.

Além disso, realizar a articulação entre teoria e as realidades sociais de forma crítica, na prática da docência e da pesquisa possibilitando ao egresso múltiplas competências. Desta forma, é possível compreender a proposta da Universidade Federal do Pampa quando cria o Curso de Ciências Humanas. Que dentro da formação de professores vai procurar uma inovação e um possível cativar de seu educando, trazendo e mostrando a importância do ensino interdisciplinar que é possível construir em sala de aula. Podendo estabelecer uma educação que pode ser dinâmica e interativa, valorizando as ações que se remetem ao ensino-aprendizagem, e construindo um profissional ideal por este conjunto de aspectos que se relacionam com os valores, currículos e as práticas vivenciadas no dia a dia na profissão docente.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formação de professores necessita diariamente de vários elementos para que se possa completar, ou direcionar o docente no meio escolar. Dentre eles está a sua própria formação, suas áreas de habilitação e sua capacitação pedagógica. Além de sua fundamentação teórica na qual se baseia a maior parte da formação. Entre a trajetória dos educadores, diversos pontos podem ser destacados, assim como pode ser evidenciado por muitos autores, como a questão financeira. Outros ainda destacam a inserção da questão das novas metodologias. Ainda assim pode-se destacar a realização e prazer de muitos educadores quando exercem a profissão docente. Desta forma, percebe-se que este ofício vai muito além da pessoa que constrói junto com seu aluno o conhecimento, destacando também seus alunos seres capazes de construir uma ideia de mudança e impulsioná-la a realizar-se.

O professor é o agente de transformação, o profissional que faz diferença na vida de seu aluno. É o profissional formador das demais profissões, ainda que não muito valorizado, exerce suas atribuições com êxito e determinação, um profissional que encontra adversidades e a torna em seu favor como fator de motivação para seu cotidiano. Pois com o passar do tempo às mudanças ocorrem na educação brasileira, mais especificamente nos cursos de formação docente. Direcionando-a para uma nova visão de formação de professores, interligando com a união de várias técnicas de ensino e de pesquisa. Desta forma, o professor passa a receber uma formação interdisciplinar e um aperfeiçoamento de suas habilitações dentro do ensino da docência, tentando suprir as possíveis necessidades existentes na própria educação e no cotidiano, como o próprio enriquecimento de seu curso de formação profissional.

Os educadores, como principais agentes do conhecimento nos dias atuais, desempenham um papel de muita importância na sociedade. Apesar de não demonstrar muitas das vezes, o professor é uma das únicas pessoas que está em constante busca pelo conhecimento nunca parando de estudar e aperfeiçoar-se para que suas turmas tenham cada vez mais um ensino de qualidade, objetivo e direto, sem em muitas vezes mostrar a notoriedade que este profissional merece, ainda assim tornando este profissional um dos mais importantes para a sociedade.

Diante do exposto percebe-se que as mudanças na formação docente acompanham de certa forma as mudanças na sociedade. Os novos problemas

sociais e as novas complexidades que surgem podem surgir com o passar dos tempos. Assim, partindo das escolas normais até a atual formação interdisciplinar entendemos que o professor vai se adequando as novas atribuições, e com isso muitos deles vão se aperfeiçoando e agregando novos conhecimentos dentro de sua carreira profissional. Desta forma continuamos afirmando a importância desse profissional na educação.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA FILHO, N. **Transdisciplinaridade e Saúde Coletiva. Ciência e Saúde Coletiva II (1-2)**,1997.
- AZEVEDO, José Clovis. REIS, Jonas Tarcísio. **Reestruturação do ensino médio : pressupostos teóricos e desafios da prática / organização Jose clovis de azevedo, Jonas tarcísio reis. — 1. ed. — são paulo : fundação santillana, 2013.**
- BROCK, Colin; Schwartzman, Simon. **Os desafios da educação no Brasil.** Rio de Janeiro. Ed. Nova Fronteira, 2005.
- CANÁRIO, R. **A escola tem futuro? Das promessas às incertezas –** Porto Alegre: Artmed, 2007.
- ESTEVE, J. M. **Mudanças sociais e função docente.** In: NÓVOA, A. (Org.). Profissão professor. Portugal: Porto Editora, 1995.
- FAZENDA, Ivani C. Arantes, 1943- **Interdisciplinaridade: História, teoria e pesquisa**/Ivani C. Arantes Fazenda.-Campinas, SP: Papirus, 1994.-(Coleção Magistério: Formação e Trabalho pedagógico).
- GUIMARÃES, V. S. **Formação de professores: Saberes, identidades e profissão** - Campinas, SP: Papirus, 2004. (Coleção Entre Nós Professores).
- IMBERNÓN, Francisco. **Formação permanente do professorado: novas tendências**/ Francisco Imbernón; tradução de Sandra Trabucco Valenzuela. São Paulo: Cortez, 2009.
- LIBANÊO, José Carlos. **Adeus professor, adeus professora? Novas exigências educacionais e profissão docente.**/ José Carlos Libanêo.-13. ed.-São Paulo: Cortez,2011.-(Coleção questões da nossa época; v.2)
- NÓVOA, António,coord.-**“Os professores e sua formação”** Lisboa: Dom Quixote, 1992.
- PEREIRA, Júlio Emílio Diniz, **As licenciaturas e as novas políticas educacionais para a formação docente.** Educação & Sociedade, ano XX, nº 68, 1999.
- PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e docência.** 6. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- PIRES, Marília Freitas de Campos. **Multidisciplinaridade, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade no ensino.** Interface - Comunicação, Saúde, Educação. UNESP, 1998.

SHEIBE, Leda. AGUIAR, Márcia Ângela. **Formação de Profissionais da Educação no Brasil: O curso de Pedagogia em questão**. Artigo. Educação & Sociedade, ano XX, nº 68, Dezembro/1999.

VIGHI, C. S. B. ; **Formação docente e o papel do professor como sujeito que aprende**. In: Formação docente e o papel do professor como sujeito que aprende, 2008, PELOTAS, UFPEL, 2008.

VICENTINI, Paula Perin. **História da profissão docente no Brasil: representações em disputa**/Paula Perin Vicentini e Rosário Genta Lugli.-São Paulo: Cortez, 2009.-Biblioteca básica da história da educação Brasileira; v.4).

VOLI, Franco. **A auto-estima do professor**. São Paulo: Edições Loyola, 1998.